



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Novo Relatório de Auditoria: O Impacto Sobre as Divulgações em Notas Explicativas

Thais Azzolini Piva
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
thaispiva03@hotmail.com

Thiago Macedo Pereira de Matos
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
thiagompmatos@gmail.com

Claudia Ferreira Cruz
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
claudiacruz@facc.ufrj.br

Resumo

Motivado pela recente implementação do novo relatório dos auditores, com conteúdo mais informativo e individualizado sobre a companhia, esta pesquisa teve como objetivo verificar a melhoria na divulgação em notas explicativas quando um assunto é incluído no relatório dos auditores em companhias abertas brasileiras. Para cumprir este objetivo, foram coletados dados dos relatórios de auditoria e das notas explicativas de companhias abertas componentes do índice IBRx50, dos exercícios de 2016 a 2018, e analisaram-se as divulgações relacionadas a *impairment* de ativos intangíveis. Por meio de comparação de médias de atendimento aos requisitos de divulgação, foram encontradas evidências que a administração das companhias melhora o *disclosure* em notas explicativas quando a área é reportada por seus auditores na seção principais assuntos de auditoria. Estes resultados denotam o atingimento do objetivo dos reguladores quando da implantação deste novo formato de reporte pelos auditores e demonstram que a escolha dos assuntos a reportar pelo auditor tem impacto sobre a atuação dos preparadores das demonstrações financeiras, podendo resultar em melhoria da utilidade destes relatórios para investidores, credores e demais usuários das demonstrações financeiras.

Palavras-chave: Principais Assuntos de Auditoria; Divulgação; Impairment.

Linha Temática: Auditoria Contábil.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



1. INTRODUÇÃO

Em decorrência de alterações normativas, a partir do ano de 2016, os auditores devem incluir em seus relatórios a seção “principais assuntos de auditoria (PAA)” quando se tratar de auditoria das demonstrações financeiras de companhias listadas na bolsa (CFC, 2016a). Esta sessão visa dar mais informações aos usuários das demonstrações financeiras acerca de matérias que o auditor considera mais significativas em seu trabalho e, portanto, apresenta informações que o mercado não possuía antes.

As informações auditadas transmitem maior credibilidade aos *stakeholders* e demandam da companhia um maior rigor na elaboração de suas demonstrações contábeis (Borges, Silva, Rech & Carvalho, 2016). A partir de um melhor detalhamento de informações é possível que a administração das companhias melhore sua comunicação com o mercado, reduzindo seu custo de capital, riscos de litígios e demonstrando sua preocupação em cumprir requisitos normativos e legais (Leuz & Verrechia, 2007). É razoável esperar que a apresentação de novas informações pelos auditores em seus relatórios, chamando atenção dos usuários para determinadas áreas das demonstrações financeiras, leve os gestores a ter ainda mais incentivos para melhorar as divulgações relacionadas.

Neste sentido, alguns estudos trataram do tema tais como: Fuller (2015) que testou experimentalmente, em cenário hipotético, e encontrou resultados que confirmam que a administração da companhia reage melhorando o nível de *disclosure* do assunto relacionado ao PAA, bem como o estudo de Matos e Cardoso (2017), em que foi verificado, também de forma experimental, que os PAA servem de direcionador da leitura que os investidores fazem de notas explicativas. Sendo assim, há indícios de uma maior preocupação por parte do investidor em analisar as informações sinalizadas no PAA.

No que diz respeito à prática profissional, verificou-se em levantamentos feitos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) que o *impairment* de ativos não financeiros foi o assunto mais frequentemente reportado nesta nova área do relatório dos auditores. Por este motivo, aliado ao fato de já existir um índice de divulgações específico para essa área já aplicado na pesquisa contábil, será este o item objeto de análise da reação da administração a essa nova informação no relatório dos auditores de companhias abertas brasileiras.

Diante disso, esta pesquisa tem o objetivo de verificar a melhoria na divulgação em notas explicativas quando um assunto é incluído como PAA no relatório dos auditores em companhias abertas brasileiras. Especificamente foi objeto de análise a divulgação relativa ao *impairment* de ativos intangíveis.

Para isso, foram coletadas demonstrações financeiras e dos relatórios de auditoria de companhias abertas incluídas no índice IBRX50, por se tratar de companhias com ações de maior representatividade e negociabilidade do mercado de ações brasileiro (B3, 2019) do último exercício anterior ao requerimento do novo relatório dos auditores (2015) e dos três anos iniciais de sua aplicação (2016 a 2018). Foi verificado, via teste de diferença de médias, se a inclusão *impairment* de ativo intangível como PAA elevou o nível de divulgação sobre este assunto em maior nível do que no caso de Companhias em que o auditor não chamou atenção dos usuários para este item das demonstrações financeiras.

Este trabalho visa contribuir sob o prisma acadêmico e regulatório, bem como no âmbito profissional. Com relação à academia, esta pesquisa apresenta uma análise de conteúdo sobre o novo relatório dos auditores publicados por companhias abertas brasileiras em seus primeiros anos



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress


7 a 9 de setembro



de vigência, assim como avalia o impacto deste novo relatório sobre um importante *stakeholder* no ambiente contábil, pouco explorado pela pesquisa contábil atual – o preparador das demonstrações contábeis.

No que diz respeito aos reguladores e emissores de normas, este trabalho verifica se sua preocupação de ter relatórios de auditoria mais informativos e que suportem as decisões de investimento foi atendida com a aplicação prática dos novos pronunciamentos relativos à forma como o auditor deve reportar seu trabalho e se isto resulta em informações melhor divulgadas ao mercado.

Já quanto à prática profissional, esta pesquisa pode demonstrar aos auditores, bem como aos preparadores, reguladores e investidores, que efeitos o novo relatório dos auditores pode gerar sobre as informações que as companhias disponibilizam ao mercado.

Este trabalho apresenta, além desta introdução, seção contemplando o referencial teórico e desenvolvimento das hipóteses, seguida da metodologia utilizada, da análise de resultados e das conclusões alcançadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da Divulgação

A divulgação de informações possibilita maior conhecimento por parte dos *stakeholders* acerca do desempenho organizacional e pode ser feita pelos gestores por meio dos relatórios e demonstrações contábeis (Gibbins, Richardson & Waterhouse, 1990).

Tratando-se dessa questão, é importante adentrar acerca dos precursores da teoria que fala sobre o tema. Essa teoria analisa o impacto da divulgação de determinadas informações contábeis em diferentes campos organizacionais, buscando identificar as razões pelas quais os gestores promovem essa evidenciação (Salotti & Yamamoto, 2005).

Verrechia (1983) iniciou a discussão trazendo justificativas para questão de divulgação voluntária de informações, onde o gestor busca um nível de *disclosure* para conciliar com a maximização dos resultados organizacionais.

Já em seu estudo posterior, Verrechia (2001) categorizou as pesquisas de *disclosure* nos seguintes tópicos: divulgação baseada em associação, baseada em julgamento e baseada em eficiência, em que basicamente a diferença entre as categorias está na influência da divulgação em preço das ações, razões para evidenciar e impacto econômico.

No mesmo ano Dye (2001) promoveu um estudo de contraponto destacando alguns detalhes, tais como: o uso de modelos econométricos em demasia e a falta de modelos com custos exógenos.

Desde então, estudos vêm buscando um maior entendimento sobre as razões para divulgação, bem como a maneira como isso afeta a organização. Dantas, Zendersky, Santos e Niyama (2008) destacam que o ponto central da divulgação é a questão onde determinada informação deve ter um benefício maior para a organização do que seu custo, pois isso é o que permite aos gestores promoverem um maior *disclosure*.

Já Beuren e Söthe (2009) afirmam que é por meio da divulgação de informações (obrigatórias e voluntárias) que a organização consegue reduzir seus custos políticos e demonstrar seus resultados para fiscalizadores e para a sociedade de forma geral, minimizando a questão de assimetria informacional.

Trazendo essa discussão para o teste de *impairment*, Taffarel, Alves, Ribeiro e Menon (2018)



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



ressaltam que a partir da divulgação adequada de informações é possível conhecer de maneira fidedigna o real valor que o ativo representa.

Porém, é fundamental analisar cada cenário específico. Barbosa et al. (2014) analisaram o teste de *impairment* a partir do *goodwill* e afirmam que a divulgação tem aumentado ao longo dos anos, contudo isso não tem refletido em maior qualidade acerca das informações fornecidas por parte das organizações, o que dificulta no processo de tomada de decisão.

Nesse sentido Silva, Moreira, Firmino, Miranda e Silva (2016) destacam a figura do auditor independente e sua relevância que visa garantir aos usuários das informações fornecidas a confiabilidade para a análise organizacional. Sendo essa questão objeto de estudo da presente pesquisa.

2.2 Novo Relatório dos Auditores

Após os escândalos contábeis que levaram à crise financeira internacional de 2008, o relatório dos auditores volta a sofrer críticas por sua baixa informatividade, sua linguagem padronizada e pelo fato de que companhias que faliram tinham recebido, há pouco tempo, relatórios sem ressalvas ou nem ao menos ênfase de continuidade operacional. O International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) então determinou que fossem realizadas pesquisas para identificar as percepções dos usuários acerca do relatório dos auditores e concluiu que ele possuía utilidade limitada, informando tão somente a existência de alguma ressalva ou não, bem como se verificou que havia uma divergência de expectativas entre os auditores e demais usuários de demonstrações financeiras acerca das responsabilidades do trabalho do auditor (IFAC, 2015).

Após as pesquisas e consultas públicas, foi publicada em janeiro de 2015 pelo IAASB uma nova norma ISA 701 – tratando especificamente dos principais assuntos de auditoria – e ajustes pontuais em algumas outras normas. A seção Principais assuntos de auditoria deve abordar assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente.

Estas alterações tiveram vigência determinada para auditorias de demonstrações financeiras de períodos findos a partir de 2016, tanto em nível internacional quanto no cenário brasileiro, onde a ISA 701 foi traduzida na NBC TA 701 (CFC, 2016b).

Há pesquisas anteriores sobre o novo relatório dos auditores e seus impactos (potenciais e efetivos) realizadas no Brasil e no exterior e que podem ser divididas em: (a) pesquisas que analisam os efeitos verificados do novo relatório dos auditores em países que fizeram adoção antecipada às normas internacionais, como Reino Unido e França, por exemplo; (b) pesquisas que avaliam, de forma experimental, o potencial impacto do novo relatório sobre riscos legais que adviriam aos auditores devido às novas divulgações; e (c) pesquisas que avaliam o impacto potencial do novo relatório sobre o julgamento e tomada de decisão dos investidores.

Porém, pode-se afirmar que as pesquisas quanto aos efeitos do novo relatório sobre outro importante *stakeholder* que são os preparadores das demonstrações financeiras ainda são limitadas. Fuller (2015) avaliou de forma experimental como a administração da companhia auditada reage à divulgação de um item como PAA, mostrando que há uma melhoria da divulgação relacionada à questão reportada pelo auditor em seu relatório. Bentley, Lambert e Wang (2017) verificaram por meio de um experimento como a inclusão de um assunto como PAA impacta a decisão da administração da companhia de adquirir um contrato derivativo e verificaram que os diretores

passam a ser mais propensos a adquirir um derivativo com objetivo de especular e menos propensos a adquirir um derivativo com objetivo de proteção (*hedge*).

Em levantamento realizado pelo IBRACON em 2017 foi verificado que o assunto mais reportado como PAA no primeiro ano de aplicação do novo relatório dos auditores foi “*impairment* de ativos não financeiros”, estando presente em 32% dos 546 relatórios analisados. (IBRACON, 2017)

Considerando que novas áreas reportadas pelos auditores como PAA podem servir de direcionadores para a atenção do usuário das demonstrações financeiras e podem sinalizar novos riscos para os atuais e potenciais investidores, pode-se inferir que os preparadores de demonstrações financeiras se preocupam em melhorar o nível de divulgação em notas explicativas no que diz respeito a um assunto incluído no relatório dos auditores como PAA pela primeira vez. Desta forma apresenta-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1. O fato de o auditor incluir *impairment* de intangível como PAA em seu relatório gera um aumento no nível de *disclosure* deste assunto nas notas explicativas da Companhia auditada.

3. METODOLOGIA

3.1. Classificação do estudo

O presente estudo classifica-se como explicativo, quanto ao objetivo, já que busca compreender de que forma a administração de companhias brasileiras reage, em termos de melhoria da divulgação em notas explicativas, à inclusão de *impairment* de ativos intangíveis como PAA no relatório de auditoria.

No que tange ao método de pesquisa empregado, sua classificação é documental, pois a fonte de coleta de dados pauta-se em documentos fornecidos pelas organizações e nesse caso são utilizadas as demonstrações financeiras e relatórios de auditoria (Marconi & Lakatos, 2008).

Utiliza abordagem qualitativa, com o intuito de verificar o atendimento aos itens requeridos, assim como modelagem quantitativa, com a aplicação de teste de diferença de médias, a fim de verificar se existe melhoria na divulgação quando *impairment* de ativo intangível é apontado como PAA, comparado às demais Companhias.

3.2. Amostra e coleta de dados

Quanto a amostra, esta é composta pelas companhias abertas brasileiras que compõem o índice IBRx50, visto que o objetivo deste índice é ser o indicador de desempenho dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado brasileiro de ações. (B3, 2019)

Os dados, tanto do relatório dos auditores, quanto das demonstrações financeiras, serão coletados nas demonstrações financeiras anuais do exercício imediatamente anterior à implantação do novo relatório dos auditores (2015) até o exercício mais recente disponível (2018), das companhias que compunham o Índice IBRx50 em 30 de junho de 2019, a partir do *website* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

3.3 Análise de dados

O índice de divulgação relacionado à *impairment* de intangíveis foi elaborado a partir da métrica desenvolvida por Barbosa, Consoni, Scherer e Clemente (2014), que contempla 13 itens



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



relacionados ao reconhecimento de perda por *impairment* e à evidenciação dos procedimentos relativos ao teste de *impairment*, conforme a tabela 1.

Tabela 1- Métrica para análise da divulgação.

Item	Exigências
1	Valor da perda para Unidade Geradora de Caixa (segmento, linha de produtos, etc.)
2	Linha na DRE na qual a perda foi incluída
3	Eventos ou Circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda
4	A base de cálculo, se valor em uso ou valor justo
5	Descrição da Unidade Geradora de Caixa
6	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
7	A taxa de desconto utilizada na estimativa corrente
8	Descrição das premissas-chave que serviram de base para o cálculo
9	Descrição da abordagem para determinar os valores alocados a cada premissa-chave (se refletem a experiência passada ou se estão assentadas em informações externas)
10	Especificar o período (em anos) sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa
11	A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa
12	Os reflexos decorrentes de uma possível mudança na premissa-chave
13	O valor contábil do goodwill alocado à Unidade Geradora de Caixa

Fonte: Barbosa *et al.* (2014).

A partir da análise percentual de adequação ao índice de Barbosa et al. (2014), foi feito o teste *t* de *Student* para duas amostras independentes, a fim de verificar se há diferença de médias entre a variação do nível de *disclosure* das companhias que tiveram *impairment* de intangível citado no relatório dos auditores como PAA em relação às companhias que não tiveram tal apontamento.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

O objetivo desta pesquisa é verificar se a administração de companhias brasileiras reage à inclusão de *impairment* de ativo intangível como PAA no relatório dos auditores por meio do aumento no nível de divulgação deste assunto em suas notas explicativas.

A amostra foi composta por 47 companhias cujas ações faziam parte do índice IBRx50, no período de 2016 a 2018 (sendo o ano de 2015 utilizado tão somente como base para cálculo da variação do nível de divulgação de *impairment* de intangível com relação às demonstrações financeiras de 2016).

Na tabela 2 pode ser verificado o quantitativo de companhias que teve *impairment* de intangível como PAA em seus relatórios de auditoria em cada ano, bem como a frequência de anos em que as companhias tiveram este assunto como PAA.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Tabela 2 – Estatística descritiva de quantidade e frequência de PAA

Companhias com PAA de <i>impairment</i> de intangível				
Exercício	2016	2017	2018	
Quantidade de Companhias	32	28	28	
% de Companhias	70%	60%	60%	
Frequência de PAA de <i>impairment</i> de intangível por Companhia				
Anos com PAA <i>impairment</i>	0	1	2	3
Quantidade de Companhias	12	6	5	24

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que quase 70% (32 das 47) das companhias tiveram *impairment* como PAA no primeiro ano de adoção do novo relatório dos auditores, o que era esperado haja vista a situação econômica do país, vivendo período de recessão. Observa-se ainda uma pequena queda nesse percentual nos dois anos seguintes. Importante notar que das 47 companhias então componentes do IBRx50 12 não tiveram PAA relativo a *impairment* em nenhum dos três exercícios analisados e 24 delas tiveram este item no relatório dos auditores pelos três exercícios. Apenas 11 companhias apresentaram este item como PAA em apenas parte do período analisado, seja em um ou dois dos exercícios analisados.

Também foi possível analisar com que frequência cada requisito de divulgação é apresentado na amostrada coletada.

Tabela 3 – Frequência de divulgação dos itens requeridos

Item	%
Descrição da unidade geradora de caixa	80%
Descrição das premissas-chave que serviram de base para o cálculo	76%
Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável	73%
A base de cálculo, se valor justo ou valor em uso	69%
Valor da perda para unidade geradora de caixa	60%
A taxa de desconto utilizada na estimativa corrente	56%
Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda	56%
Descrição da abordagem para determinar os valores alocados a cada premissa-chave	55%
Especificar o período (em anos) sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa	47%
A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa	38%
O valor contábil do goodwill alocado à unidade geradora de caixa	32%
Linha na DRE na qual a perda foi incluída	23%
Os reflexos decorrentes de uma possível mudança de premissas-chave	18%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que a descrição das unidades geradoras de caixa, das premissas-chave e o método utilizado no cálculo de *impairment* são amplamente divulgados pelas companhias, ao passo que a linha na demonstração de resultados em que a perda é registrada bem como reflexos de possíveis mudanças em premissas-chave são os itens mais negligenciados pelos preparadores de demonstrações financeiras.

Considerando as 141 observações (47 companhias em cada um dos 3 exercícios) tem-se a seguinte estatística descritiva:



Tabela 4 - Estatísticas de grupo

Divulgação	PAA	N	Varição média do nível de divulgação	Desvio Padrão	Erro padrão da média
1		88	3,2264%	8,91523%	0,95037%
0		53	-0,4615%	10,46208%	1,43708%

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se portanto, que as companhias que tiveram *impairment* de intangível apontados por seus auditores como Principais Assuntos de Auditoria (PAA) apresentaram, em média, uma melhoria de divulgação de cerca de 3,22% ao passo que as companhias que não tiveram tal fato mencionado no relatório dos auditores tiveram uma leve redução, da ordem de cerca de -0,46%, no nível de divulgação deste assunto em suas notas explicativas.

A tabela 5 apresenta os resultados do teste *t* de Student para duas amostras independentes, realizado no software SPSS.

Tabela 5 - Teste de amostras independentes

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		Teste-t para igualdade de médias		
		Z	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)
Var Divulg	Variâncias iguais assumidas	0,705	0,403	2,227	139	0,028
	Variâncias iguais não assumidas			2,141	96,408	0,035

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se, com base no teste *t* de Student que há diferença significativa de média entre as companhias que tiveram *impairment* de intangível apontadas como PAA por seus auditores e as Companhias que não tiveram tal assunto reportados pelo auditor, ocorrendo uma melhoria no atendimento aos itens de divulgação requeridos em resposta à informação do auditor de que se trata de assunto significativo.

Tal comportamento dos gestores, em resposta a uma nova divulgação feita pelos auditores, pode ser avaliada por duas vertentes: (1) como um reconhecimento, pelos próprios preparadores das demonstrações contábeis, de que a apresentação das informações em notas explicativas era insuficiente para um completo entendimento por parte dos usuários de seu relatório e (2) como um receio dos preparadores das demonstrações contábeis de que a presença de novas informações no relatório dos auditores sobre riscos e complexidade inerente a determinada área levasse o usuário a ter uma visão de maior exposição da companhia a riscos, o que precisaria ser atenuado com divulgação mais ampla sobre tal item em notas explicativas.

Quaisquer que sejam os motivos para a ação dos preparadores de demonstrações contábeis, em resposta à nova seção de principais assuntos de auditoria, o resultado desta dinâmica é um aumento do valor comunicativo do relatório do auditor, bem como um aprimoramento nas divulgações em notas explicativas, aumentando a transparência dos relatórios financeiros, notadamente em áreas que envolvem julgamentos e mensurações complexas, pois são estas as que

normalmente são incluídas nesta área recém criada do relatório de auditoria.

5. CONCLUSÕES

Corroborando os achados de Fuller (2015), em estudo experimental, anterior à aplicação prática do novo relatório dos auditores, analisou-se e verificou-se empiricamente neste estudo que a administração de companhias abertas brasileiras respondem com melhorias de divulgação em notas explicativas quando seus auditores apontam *impairment* de intangíveis como Principais Assuntos de Auditoria (PAA) em seu relatório.

Foram analisadas demonstrações financeiras de companhias cujas ações faziam parte do índice IBRx50, no período de 2016 a 2018 e coletados dados de suas notas explicativas acerca de *impairment* de intangíveis, assim como de seus relatórios de auditoria, especificamente da seção principais assuntos de auditoria, requerida a partir do exercício de 2016 pela NBC TA 701.

Constatou-se que demonstrações financeiras em que o auditor aponta este assunto como PAA apresentam aumento de atendimento às exigências de divulgação em notas explicativas em relação ao exercício anterior, ao passo que demonstrações financeiras sem tal apontamento apresentam, em média, pequena redução no índice de divulgação elaborado por Barbosa et al. (2014).

Este trabalho apresenta como contribuição evidências de que a administração das companhias reage ao relatório dos auditores com uma melhoria no *disclosure* dos assuntos reportados no seu relatório. Isso pode ser de interesse de reguladores, para verificar o atendimento a seu objetivo quando da exigência do uso deste novo formato de reporte pelos auditores, dos profissionais de auditoria, que podem verificar o impacto de sua escolha dos assuntos a reportar como PAA e dos investidores, credores e demais usuários das demonstrações financeiras. Estes últimos serão beneficiados com melhorias de divulgação à medida que assuntos mais complexos e de maior risco sejam reportados pelos auditores em seus relatórios e, conseqüentemente, haja uma melhoria na divulgação destas matérias nas notas explicativas.

Como limitações, este trabalho baseou-se apenas em um conjunto limitado de companhias abertas, que não obrigatoriamente representam o comportamento da totalidade do mercado de capitais brasileiro, assim como tratou-se de análise univariada, com foco na diferença de média de atendimento a itens de divulgação, quando na realidade pode ser avaliado um conjunto de determinantes de melhoria de divulgação, dentre eles a inclusão do assunto como PAA pelo auditor. Tanto a expansão da amostra de companhias quanto a aplicação de técnicas de análise mais robustas podem ser vistas como sugestões de investigações futuras.

REFERÊNCIAS

Barbosa, J. da S.; Consoni, S.; Scherer, L. M.; Clemente, A. (2014) Impairment no Goodwill: uma análise baseada na divulgação contábil. Revista Educação e Pesquisa em Contabilidade, 8(2), pp. 159-179.

Bentley, J. W., Lambert, T. A., & Wang, E. (2017). The Effect of Increased Audit Disclosure on Managerial Decision Making: Evidence from Disclosing Critical Audit Matters. Recuperado em 7 jun, 2019, de <https://ssrn.com/abstract=3000978> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3000978>.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Beuren, I., & Söthe, A. (2009). A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 3(5), 98-120.

B3 (2019). Índice Brasil 50 (IBrX 50). Recuperado em 24 maio, 2019, de http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-brasil-50-ibrx-50.htm.

Borges, Wemerson Gomes, Silva, Eliane Cristina da, Rech, Ilírio José, & Carvalho, Luciano Ferreira (2016). Efeito da Divulgação de Informações Contábeis Sobre o Desempenho das Ações de Empresas que Migraram Para o Nível de Governança Corporativa Novo Mercado. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo – ReAT*, 8(4), 870-889.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Recuperado em 13 maio, 2019, de http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA700.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 701 – Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Recuperado em 7 junho, 2019, de http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA701.

D'alauro, G. (2013). The impact of IAS 36 on goodwill disclosure: Evidence of the write-offs and performance effects. *Intangible Capital*, 9(3), 754-799.

Dantas, J., Zendersky, H., Santos, S., & Niyama, J. (2008). A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. *Revista Economia & Gestão*, 5(11), 56-76.

Dye, R. A. (2001). An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 181-235.

Fuller, S. (2015). The Effect of Auditor Reporting Choice and Audit Committee Oversight Strength on Management Financial Disclosure Decisions. (Dissertation, Georgia State University). Recuperado de https://scholarworks.gsu.edu/accountancy_diss/16.

Gibbins, M.; Richardson, A.; Waterhouse, J. (1990) The Management of Corporate Financial Disclosure: Opportunism, Ritualism, Policies, and Processes. *Journal of Accounting Research*, 8(1), 121-143.

International Federation of Accountants – IFAC (2015a). Auditor Reporting- Project Status. Disponível em: <<https://www.iaasb.org/projects/auditor-reporting>> Acesso em: 10 jun. 2019.



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON (2017) Ibracon divulga estudo inédito sobre os Principais Assuntos de Auditoria. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detDocumento.php?cod=100>> Acesso em: 01 mai. 2019

Lambert, R., Leuz, C., & Verrecchia, R. (2007). Accounting information, disclosure, and the cost of capital. *Journal of Accounting Research*, 45(2), 385–420.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria (2008). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados* (7. Ed). São Paulo: Atlas.

Matos, T., & Cardoso, R. (2017). O Impacto De Key Audit Matters (KAM) Sobre A Análise Das Demonstrações Contábeis E Sobre A Propensão A Investir. *Anais do Congresso UnB de Contabilidade e Governança*, Brasília, DF, Brasil, 3.

Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio sobre a teoria da divulgação. *Brazilian Business Review*, 2(1), 53-70.

Silva, R., Moreira, F., Firmino, J., Miranda, J., & Silva, J. (2016). Julgamento dos auditores independentes sobre o ativo intangível: um estudo sobre a qualidade da auditoria em clubes de futebol do brasil. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 8(3), 65-81.

Taffarel, M., Alves, E. C. I., Ribeiro, F., & Menon, G. (2018). Evidenciação do teste de impairment em empresas do setor de energia elétrica brasileiro. *RIC - Revista de Informação Contábil*, 12(2), 64-81.

Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary disclosure. *Journal of accounting and economics*, 5, 179-194.

Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 97-180.

Watts, R. L., Zimmerman, J. L. (1986). *Positive accounting theory*. New Jersey: Prentice Hall.



ORGANIZAÇÃO



APOIO

